

Fundos conterão liquidez

Arnildo Schulz — 6/4/95

SÍLVIA MUGNATTO

BRASÍLIA — O secretário executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, disse ontem que as novas regras de funcionamento dos fundos de investimento permitirão ao governo controlar a quantidade de dinheiro em circulação na economia. Isto será possibilitado pelo sistema de compulsórios incidente sobre as novas aplicações a partir de 1º de agosto. Os compulsórios são depósitos obrigatórios que os bancos têm de fazer junto ao Banco Central (BC). Nos novos fundos, eles vão variar entre 0% (para as aplicações superiores a 90 dias) e 35% dos saldos dos investimentos (para as aplicações até 29 dias).

O controle da quantidade de dinheiro será facilitado pelos compulsórios porque eles diminuem a necessidade de o BC lançar títulos públicos no mercado para “enxugar” o excesso de reais da economia. É que esses compulsórios não serão remunerados, ao contrário dos títulos públicos, sobre os quais o governo paga juros elevadíssimos. “Os fundos vão recolher moeda de graça para o governo”, comentou Parente.

O secretário também destacou que a criação dos novos fundos consolidará a confiança do governo no equilíbrio das contas públicas. Isto porque os novos fundos não têm regras de aplicação obrigatória em títulos públicos, como acontecia com os antigos. “O governo abriu mão de um mercado cativo para seus papéis”, disse. Segundo ele, os títulos públicos vão ter que competir com os privados na disputa pelas aplicações dos fundos.

Parente confirmou que o governo estudava incentivar as aplicações de longo prazo, cobrando



Parente: novos controles

um percentual maior de Imposto Sobre Operações Financeiras (IOF) nos investimentos de curto prazo, como o *fundão*. Na última quinta-feira, porém, o Conselho Monetário Nacional (CMN) abandonou a idéia do IOF, aprovando a criação de uma nova “família” de fundos de renda fixa com compulsórios diferenciados de acordo com o prazo de carência de cada um.

O secretário explicou que o compulsório é o instrumento mais adequado para o objetivo inicial do governo que era apenas separar a chamada “quase-moeda”, ou os fundos com rentabilidade diária, que o investidor utiliza apenas para não deixar seu dinheiro parado, da poupança (dinheiro que o poupador economiza pensando no futuro). Ou seja, a volta do IOF - que está com alíquota zero em todas as aplicações desde o início do ano - poderia sugerir, segundo Pedro Parente, uma intenção do governo de apenas elevar a arrecadação.